

3.1 Bases teóricas da representação bibliográfica revisitadas

Na dissertação de Mey (1987), citada na Apresentação, a partir, principalmente: do modelo cibernético de comunicação, desenvolvido por Shannon e Weaver, *apud* Littlejohn (1982, p. 156); das teorias da informação e percepção desenvolvidas por Moles (1978); e das teorias semióticas de U. Eco (1979), obtiveram-se as seguintes conclusões:

- a) a representação bibliográfica consiste em um processo de comunicação, visando a interligar itens (suportes físicos de obras) a usuários e, em sentido inverso, demandas de usuários a itens pertinentes;
- b) são usuários da representação bibliográfica: indivíduos, uma vez que a relação entre usuário e conhecimento registrado é inteiramente pessoal; grupos de indivíduos, pois a biblioteca se destina, em princípio, a certo grupo de indivíduos com certas características; outras instituições, por sua vez representantes de seus próprios usuários, porque as instituições devem interrelacionar-se, formal ou informalmente;
- c) a representação bibliográfica, no processo de comunicação, se utiliza de mensagens codificadas, pois cada um dos elementos tem lugar e pontuação fixos, para sua identificação;
- d) o código utilizado nessa mensagem é um código conotativo, pois repousa sobre códigos precedentes, relativos ao conceito atribuído a cada um dos elementos;
- e) a representação bibliográfica, que utiliza como veículo de sua mensagem o catálogo (manual ou automatizado), possui as seguintes funções: (a) permitir a um usuário: localizar uma obra ou item específico, escolher entre as várias manifestações de uma obra específica, escolher entre várias obras semelhantes e expressar, ou alterar, sua mensagem interna; (b) permitir a um item encontrar seu usuário; (c) permitir a outra instituição: localizar um item específico e saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio;
- f) a representação bibliográfica, para cumprimento de suas funções, se divide em três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização. A automação dos registros bibliográficos tende a abolir essas partes, tornando o registro único e uno;
- g) a representação bibliográfica, também para cumprimento de suas funções, deve possuir as seguintes características: integridade, clareza, precisão, lógica e consistência. Consideram-se como: “integridade” – a veracidade da informação registrada; “clareza” – o uso de códigos compreensíveis aos usuários; “precisão” – a relação única entre um elemento e seu respectivo conceito; “lógica” – o uso de critérios lógicos, compreensíveis aos usuários, para organização dos elementos e registros bibliográficos; “consistência” – o uso de mesmo padrão para todos

os elementos semelhantes, mesmo que esse seja fruto de decisão local;

- h) a descrição bibliográfica, parte da representação, deve, além dessas, possuir também a característica de uniformidade, ou seja, o uso de forma e pontuação internacionalmente acordadas, de modo a permitir o intercâmbio de registros bibliográficos;
- i) são variáveis da representação bibliográfica: item, instituição e usuário. O item, ou suporte, porque quando varia introduz mudanças na representação; a instituição, porque quando varia em suas características, o faz também em relação a seus objetivos e público a ser atendido; o usuário, obviamente de características variadas, por ser a finalidade última de qualquer representação;
- j) o elenco ótimo de elementos da representação bibliográfica é função das variáveis observadas.

Também se desenvolveu, naquela dissertação, um tópico sobre o item, sua tipologia e suas relações com obras. O assunto, posteriormente, foi tratado em maior profundidade por B. Tillett (1987) e M. Yee (1994-1995), revisto por Mey (1998) e modificado por outras conceituações de autores diversos, como será exposto no tópico 3.5 deste estudo.

Dentre os pontos acima, a codificação pede observações adicionais. Os códigos utilizados para representação bibliográfica de item e, ou, obra, são duplamente arbitrários. Em primeiro lugar, porque a forma, a posição, a respectiva pontuação e, mesmo, a escolha do elemento identificador se derivam de práticas, por vezes seculares e não mais justificáveis; em segundo lugar, porque o elemento em si repousa sobre um conceito anterior, por sua vez também arbitrário. Ante a necessidade indiscutível de padrões ou codificação comuns, não se podem ignorar as limitações intrínsecas a tais códigos (apesar de sua grande flexibilidade), nem as imensas dificuldades que acarretam a usuários “não iniciados”.

Tendo por base Moles (1978), concluiu-se que seria possível mensurar a quantidade e a forma dos elementos a serem incluídos na representação, o que levaria a representações, ou mensagens, perfeitamente compreensíveis ao usuário, capazes, como explicitado por Littlejohn (1982, p. 160), de “*afetar de três maneiras o estado intencional do indivíduo*”, isto é, de informar, instruir e motivar.

Tais conclusões, obviamente, apesar de repletas de boas intenções e possibilidades estatísticas, não conseguiram superar o dilema entre padrões e práticas, de um lado, e usuários, de outro, pelas objeções que se apresentam a seguir.

A primeira delas, lucidamente apontada por Mostafa (1985, p. 3), é o “*quadro de perfeita dicotomia entre teoria e prática.*” Mostafa considera que a prática “*é um mero repetir operacional*” e as teorias “*não conseguem aderir ao fazer.*” Cabe aqui um interregno, pelo qual

Adorno nos leva à reflexão sobre o tema, em suas *Anotações sobre teoria e prática* (1992 [original provavelmente de 1969])¹:

“Deveria ser criada uma consciência de teoria e prática que não separasse ambas, deixando a teoria impotente e a prática arbitrária, e que não destruísse a teoria pelo primado da razão prática, como nos primeiros tempos da burguesia e como proclamado por Kant e Fichte. Pensar é uma forma de atuar e a teoria é uma forma de prática; só a ideologia da pureza do pensamento é que se engana a esse respeito” (p. 74-75).

“A relação da teoria e prática é, após seu mútuo afastamento, uma relação de salto qualitativo, não de transição e, de maneira alguma, de subordinação; ambas mantêm entre si relação de polaridade” (p. 90-91).

Pucci (1995, p. 43-44) assim o explica:

“Para Adorno, a prática sem teoria, mesmo sob a condição mais progressista do conhecimento, está destinada ao fracasso, torna-se falsa prática, deixa de ser prática. [...] Adorno ressalta a autonomia da teoria em relação à prática, mas reafirma que nem a prática transcorre sem a teoria, nem esta independente da prática. Porém, se a prática fosse o critério da teoria, ela não poderia alcançar o que pretende; se a prática se orientasse apenas pelas diretrizes da teoria, se endureceria doutrinariamente e falsificaria a teoria”.

Entre as práticas da Biblioteconomia e as teorias da Ciência da Informação parece mais haver um estado de conflito permanente, em detrimento de ambas.

Em termos concretos, as conclusões, resumidas no início deste tópico, foram citadas por alguns (parcos) autores, geralmente em suas dissertações, porém nunca fugindo do âmbito acadêmico. Tomou-se conhecimento de uma única pesquisa (Mesquita, Fiuza e Portella, 1992), ampla, voltada à determinação do elenco mínimo de elementos na representação de livros, em vários tipos de bibliotecas brasileiras, isto é, ao teste das conclusões teoricamente levantadas. Dentre os resultados obtidos por essa pesquisa, destaca-se o papel do catálogo essencialmente como localizador de itens conhecidos. Embora um tanto decepcionante, em vista das várias funções possíveis e esperadas, esses resultados não diferem daqueles obtidos em pesquisas anteriores, relatados na literatura internacional e nacional, como exemplificados no próximo parágrafo.

Os estudos de uso do catálogo, relativos a livros, como os de Lancaster (1977), Fiuza (1980), Abrera (1982) e Pangannaya & Poornachandra (1982), entre outros, demonstram a predominância da busca por título da obra, o que significa busca por itens conhecidos. Resultado diverso obteve Drone (1984) em biblioteca de música: 65% das consultas sobre discos e fitas

procuraram autor (compositor); em contraste, apenas 11% para buscas por intérprete e 8% para buscas por título, além de outras formas de busca menos significativas. Vale ressaltar que o estudo de Drone foi realizado em biblioteca universitária, o que pressupõe um usuário familiarizado com compositores e suas obras. Por outro lado, caso se trate de um acervo de música erudita, os títulos se repetem muito, indicando um tipo de composição; donde se explica a predominância de buscas pelo compositor. Apesar da aparente diferença entre as formas de busca de livros e de registros musicais, permanece a semelhança da procura pelo já conhecido.

Além do aspecto dicotômico entre teoria e prática, a segunda objeção que se pode levantar àquelas conclusões obtidas na dissertação de Mey (1987) é seu caráter fiscalista. Acreditou-se que os indivíduos possuíssem uma capacidade **mensurável** de apreensão de informações. Ou seja, a representação poderia adaptar-se à capacidade de apreensão de seu público usuário. Ora, tal afirmativa, considerada em sua íntegra para elaboração das representações, seria capaz de fornecer, apenas, “mais do mesmo”, isto é, unicamente o compreensível pelo usuário, o já sabido e procurado, como o demonstram os resultados obtidos nas pesquisas sobre uso dos instrumentos elaborados pela representação (catálogos, por exemplo).

A terceira objeção é o caráter mecânico do processo de comunicação adotado. Como bem disse Costa (1998, p. 186):

“É insustentável a predicação da teoria comportamental que restringe o fenômeno da comunicação à capacidade do emissor de codificar mensagens (gerar estímulos) através de canais (meios) e, dessa forma, obter resposta (reação) do receptor, como se este fosse passivo e atomizado socialmente”.

Na citada dissertação, parte-se do “item”, isto é, do suporte físico, objeto inanimado, para um usuário anônimo, desconhecido, de características “médias”, quase também inanimado. Mesmo quando o processo se inicia pelo usuário, não há interação comunicativa, apenas mediação através de canais de total impessoalidade, elaborados pela representação. Parodiando R. Williams, *apud* Gabriel Cohn (1973, p. 31): “*As massas são sempre os outros, que não conhecemos, nem podemos conhecer*”, se poderia dizer: “Usuários são sempre os outros, que não conhecemos, nem podemos conhecer”. Interessante notar que a visão mecanicista se apresenta, inclusive, no linguajar técnico, como na expressão “treinamento de usuários”.

Outra objeção, levantada a partir da leitura de I. Antonio (1994, p. 58), é a ênfase no item, ou suporte físico, ao invés da ênfase no conteúdo, ou obra.

Mas não existem apenas objeções a todos os aspectos teóricos da dissertação (Mey, 1987). Pode-se dizer que houve um alargamento, ou ultrapassagem, ou superação do que se mostrou

puramente mecanicista, em direção, espera-se, a formulações centradas no ser humano.
